



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Banco Ourinvest tem como missão entender e atender com excelência seus clientes e com profissionalismo responsável seus colaboradores. Desde o início da pandemia, do chamado Covid-19, concentrou todos os esforços em apoiar pessoas e empresas nas suas mais diversas operações internacionais, nosso foco principal.

Mesmo neste cenário tão adverso, com retração da atividade de comércio exterior e alta volatilidade na taxa de câmbio, tivemos resultados satisfatórios e consistentes.

Nossos números comprovam nosso poder de adaptabilidade e superação frente aos mais diversos desafios. Apesar do momento econômico ainda inspirar cautela, entendemos que o Brasil está bem-posicionado para voltar a sua trajetória de recuperação no médio prazo.

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório de nossos auditores independentes.

Remuneração: Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social.

	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Disponibilidade	329.892	300.631
Instrumentos Financeiros	881.540	682.099
Ativos fiscais correntes e diferidos	2.546	20.366
Outros Ativos	904	856
Investimentos	16	16

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

		Valores expressos em milhares de reais			
	Nota Explicativa	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020		
ATIVO				PASSIVO	
Disponibilidade	5	329.892	300.631	Depósitos e demais instrumentos financeiros	
Instrumentos Financeiros		881.540	682.099	Depósitos	14
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6a	224.314	244.315	Relações Interfinanceiras	15
Títulos e Valores Mobiliários	6b	110.127	122.411	Relações Interdependências - Ordens de pagamento	15
Relações Interfinanceiras	6b	3.426	675	Instrumentos Financeiros Derivativos	6d
Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	11.428	26.100	Carteira de Câmbio	8
Operações de Crédito	7a	12.203	16.941	Outros Instrumentos Financeiros	16
(-) Prov. p/perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7e/7g	(550)	(2.113)	Obrigações fiscais correntes e diferidas	17
Títulos e Créditos a Receber	7a	54.990	28.816	Provisões para contingências	18
Carteira de Câmbio	8	449.358	235.683	Outros Passivos	19
Outros Instrumentos Financeiros	9	19.168	12.120	Patrimônio Líquido	21
(-) Prov. p/perdas esperadas sobre outros Instrumentos Financeiros	9	(2.824)	(2.849)	Capital Social	81.000
Ativos fiscais correntes e diferidos	10	2.546	20.366	Reserva de Lucros	41.079
Outros Ativos	11	904	856	Outros resultados abrangentes	(355)
Investimentos	11	16	16	Total	1.216.910
Imobilizado de Uso	12	4.876	5.407		
Intangível	13	2.308	2.047		
Depreciações e amortizações		(5.272)	(4.962)		
(-) Depreciações Acumuladas	12	(3.174)	(3.090)		
(-) Amortizações Acumuladas	13	(2.098)	(1.872)		
Total		1.216.910	1.006.460		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes		Lucros/(Prejuízos) Acumulados		Total	
	Nota	Capital Social	Legal	Especiais					
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		81.000	848	21.633					103.481
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	32.858	32.858	
Destinação das Reservas de Lucros:									
- Reserva Legal	21b	-	1.643	-	-	-	(1.643)	-	
- Reserva Especial de Lucros	21d	-	-	23.411	-	-	(23.411)	-	
- Dividendos	21c	-	-	-	-	-	(2.829)	(2.829)	
- Juros Sobre o Capital Próprio	21e	-	-	-	-	-	(4.975)	(4.975)	
Títulos Disponíveis para Venda	21e	-	-	-	-	(318)	-	(318)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		81.000	2.491	45.044		(318)		128.217	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		81.000	2.491	45.044		(318)		128.217	
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	21.210	21.210	
Destinação das Reservas de Lucros:									
- Reserva Legal	21b	-	1.060	-	-	-	(1.060)	-	
- Reserva Especial de Lucros	21d	-	-	14.155	-	-	(14.155)	-	
- Dividendos	21c	-	-	(23.000)	-	-	-	(23.000)	
- Reversão de Dividendos	21c	-	-	1.329	-	-	-	1.329	
- Juros Sobre o Capital Próprio	21e	-	-	-	-	-	(5.995)	(5.995)	
Títulos Disponíveis para Venda	21e	-	-	-	-	(37)	-	(37)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		81.000	3.551	37.528		(355)		121.724	
Saldos em 30 de Junho de 2021		81.000	2.955	52.397		(341)		136.011	
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	11.922	11.922	
Destinação das Reservas de Lucros:									
- Reserva Legal	21b	-	596	-	-	-	(596)	-	
- Reserva Especial de Lucros	21d	-	-	8.131	-	-	(8.131)	-	
- Dividendos	21c	-	-	(23.000)	-	-	-	(23.000)	
- Juros Sobre o Capital Próprio	21e	-	-	-	-	-	(3.195)	(3.195)	
Títulos Disponíveis para Venda	21e	-	-	-	-	(14)	-	(14)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		81.000	3.551	37.528		(355)		121.724	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional
O Banco Ourinvest S.A. ("Banco"), controlado pela Ourinvest Investments Holding Financeira S.A, mantém suas operações em forma de Banco Múltiplo, autorizado a funcionar perante o Banco Central do Brasil (Bacen), domiciliado na Avenida Paulista nº 1.728, 1º ao 4º, 7º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP e desenvolve suas operações através das carteiras: (i) Comercial; (ii) Investimento; e (iii) Crédito e Financiamento, também possuindo autorização para atuar no mercado de câmbio. Além disso, o Banco realiza atividade de administração de Fundos de Investimentos Imobiliários.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e em consonância com a Legislação Societária, Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.941/09 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

a. Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas sobre o pressuposto da continuidade operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e da Lei das Sociedades por Ações, e são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 28 de março de 2022.

3. Descrição das principais práticas contábeis
a. Apreciação do resultado
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Moeda funcional
As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual a empresa atua (moeda funcional) Reais-Brasil.

c. Estimativas contábeis
A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a provisão para contingências e a marcação a mercado de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A liquidação das transações envolvendo esses instrumentos produzirá resultados em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e pressupostos mensalmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa
São representados por saldos em disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com convertibilidade imediata a com prazo original de vencimento igual ou inferior a noventa dias, a contar da data de aplicação, e baixa probabilidade de alteração do seu valor.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez
São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Moeda estrangeira
Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

g. Títulos e valores mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliações contábeis:
(i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
(ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
(iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta demonstrada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

h. Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, com a finalidade de proteção contra riscos (hedge). Os ajustes são contabilizados e tributados por competência.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

i. Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/93, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação de acordo com o risco de perda em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra perda com operações de crédito, e sua provisão é revertida contra sua despesa, e controlada por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As negociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito constituída suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa 7b.

j. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de crédito
A venda ou transferência de ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando um ativo é vendido ou transferido.
Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:
r. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra pelo valor justo desse ativo no momento da compra; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.
s. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou ao preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno tal que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de re-

cebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garante por qualquer forma compensar o comprador ou ocessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.

(iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

k. Ativos e Passivos fiscais diferidos
Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução CMN nº 4.842 de 30 de junho de 2020, que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, em regime de manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de imposto fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquelas decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência, e ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias.

Os débitos tributários são constituídos com base nos passivos temporais com provisão dos tributos vigentes na data do balanço.

l. Bens não de uso próprio
Correspondentes a bens móveis e móveis dispostos para venda, recebidos em troca em pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes, conforme demonstrado na Nota Explicativa 9.

m. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo
Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base *pro rata*) e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável.

n. Permanente
(i) Outros Investimentos - As ações da Cetip Educacional foram avaliadas pelo valor de mercado na data da desmaturalização, as ações da Anbima estão avaliadas pelo custo de aquisição, as ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão foram atualizadas pelo boletim diário de informações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão do último dia útil do período. Os incentivos fiscais e outros investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda de acordo com o valor recuperável, quando aplicável.
(ii) Imobilizado de Uso - O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.
(iii) Intangível - São registrados ao custo de aquisição e gastos com desenvolvimento de *softwares* e licenças de uso que são amortizados, considerando a vida útil-econômica dos ativos intangíveis.
(iv) Redução ao valor recuperável (impairment) - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. O Banco testa o valor recuperável dos ativos no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. De acordo com avaliação do Banco, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

o. Passivos circulante e exigível a longo prazo: Depósitos e demais instrumentos financeiros
Captções no mercado aberto, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.
Empréstimo de ouro
São demonstrados pelos valores de custo, acrescidos do aluguel e da variação da cotação do ouro incorridas até a data do balanço, conforme demonstrado na Nota Explicativa 16 - obrigações por incorridas em ouro.
Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo
São demonstrados pelos valores contidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos. A viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

• **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
• **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.
• **Obrigações legais** - São reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de bônus no curso do processo judicial.

q. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20% e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos atuais diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social. Em 14 de julho de 2021, foi publicado a Lei nº 14.183/21 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Para bancos de qualquer espécie a alteração da alíquota é de 20% para 25%. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de julho e dezembro de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022, as alíquotas para imposto de renda retornaram aos percentuais anteriores de 20% para 15% e contribuição social de 25% para 20%.

r. Resultados correntes e não recorrente
As políticas internas do Banco em conexão com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20 consideram como resultado não recorrentes eventos que não estão relacionados com as atividades típicas da instituição, e quando não existe previsão para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros. Para o período findo em 31 de dezembro de 2021, não houve resultado não recorrente.

4. Estrutura de gerenciamento de risco
A estrutura do Gerenciamento de Risco do Banco é apoiada pelas diversas Políticas Corporativas avaliadas e aprovadas pela alta Administração.

Os papéis e responsabilidades de cada participante e as definições de segregação de função e conflito de interesse encontram-se descritos nos documentos internos, sendo sua execução apoiada pela estrutura de Controles Internos e Gestão Integrada de Risco.

Em 23 de fevereiro de 2017, o BACEN publicou a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital. Destacam-se na resolução a implementação de uma

		Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	Nota Explicativa	2º Semestre de 2021	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Despesas das Intermediações Financeiras		153.829	268.378	267.988
Operações de Crédito	7f	1.446	2.614	12.924
Resultado de Operações de Câmbio	8a	130.440	224.849	295.431
Resultado de Operação com Títulos e Valores Mobiliários	6c	6.836	10.590	4.285
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6d1	15.007	30.325	(44.652)
Despesas das Intermediações Financeiras	14b	(14.248)	(20.375)	(28.079)
Resultado da Intermediação Financeira		139.581	248.003	239.909
Resultado com Provisão para perdas esperadas	7g	(205)	(143)	(1.888)
Outras Despesas/Receitas Operacionais		(117.165)	(213.325)	(184.816)
Receitas de Prestação de Serviços	22	15.046	24.655	22.227
Despesas de Pessoal	23	(41.264)	(79.962)	(61.941)
Outras Despesas Administrativas	24	(82.060)	(140.459)	(123.909)
Despesas Tributárias	25	(11.667)	(20.804)	(18.449)
Provisões com contingências	18	99	(391)	130
Outras Receitas/Despesas Operacionais	26	2.681	3.636	(2.874)
Resultado Operacional		22.211	34.535	53.205

		Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	Nota Explicativa	2º Semestre de 2021	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participação		22.211	34.535	53.205
Impostos e Contribuições	20	(7.107)	(8.828)	(16.891)
Imposto de Renda	-	-	-	(13.304)
Contribuição Social	-	-	-	(10.712)
Ativo/Passivo Fiscal Diferido		(7.107)	(8.828)	7.125
Participações no Lucro		(3.182)	(4.497)	(3.456)
Lucro Líquido do Exercício		11.922	21.210	32.858
Nº de Ações	21a	6.824.602	6.824.602	6.824.602

		Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	Nota Explicativa	2º Semestre de 2021	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Lucro Líquido por Ação - em R\$		1,75	3,11	4,81

		Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	Nota Explicativa	2º Semestre de 2021	Exercício de 2021	Exercício de 2020



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais

Carteira própria	31/12/2020			31/12/2021		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Valor contábil Total	Valor de custo corrigido Total	Ajuste de Mercado de Mercado Exchange
Títulos para negociação	-	-	7	7	7	-
Letra de Crédito Imobiliário	-	-	7	7	7	-
Títulos disponível para venda	498	-	-	498	816	(318)
Cotas de Fundos Imobiliários	498	-	-	498	816	(318)
Vinculados à prestação de garantias	-	119.559	-	119.559	120.071	(512)
Títulos para negociação	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos - Multimercado	2.347	-	-	2.347	2.347	-
Total:	2.845	119.559	7	122.411	123.241	(830)
Circulante	2.845	119.559	7	122.411	123.241	(830)
Não Circulante	-	-	-	-	-	-

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC), os títulos privados e as cotas de fundo de investimento encontram-se custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

Os títulos e valores mobiliários são ajustados a valor de mercado pelos parâmetros de cada título (vencimento/prazo/indexador/juros) do último dia útil antes da data do balanço, obtido pelo site da ANBIMA (taxa a termo), as cotas de fundos de investimentos imobiliários são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento divulgado pelo Boletim diário de informações - BDI, as cotas de fundos em participação, são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento da Comissão de Valores Mobiliários "CVM" no último dia útil antes da data do balanço. As cotas de fundos imobiliários não possuem característica de fundos exclusivos (Fundo de Investimento Imobiliário Ourinvest Logística).

Em 31 de dezembro de 2021, as Letras de Crédito do Agronegócio foram adquiridos com base na variação de 99,99% do Depósito Interfinanceiro - DI.

Em 31 de dezembro de 2021, as Letras de Créditos imobiliários foram adquiridos com base na variação de 108,00% do Depósito Interfinanceiro - DI e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA 4,97% a.a. (31/12/2020 - 105,00% a.a. a 108,00% a.a. do DI e 3,87% a.a. a 4,97% a.a.). Em 31 de dezembro de 2021, os ganhos e perdas não realizados para títulos classificados como disponível para venda registrados em conta destacada patrimonial líquido totalizam R\$ 355, líquidos de impostos.

As operações em Instrumentos financeiros derivativos são representadas como parte integrante da gestão de exposição do Banco e estão assim apresentadas:

	31/12/2021			31/12/2021		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Notional	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
Operações a termo - NDF	-	-	-	-	-	-
Termo	7.249	4.179	11.428	737.244	358	330
Futuro	-	-	-	238.043	-	-
Total	7.249	4.179	11.428	975.287	358	330

	31/12/2021			31/12/2021		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Notional	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
Operações a termo - NDF	-	-	-	-	-	-
Termo	25.562	538	26.100	1.644.662	41.392	6.538
Futuro	-	-	-	1.261.517	-	-
Total	25.562	538	26.100	2.906.179	41.392	6.538

O Banco detém margem em garantia de títulos dados como garantia em bolsa, contemplando o saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 57.544 (31/12/2020 - R\$ 12.047).

d.1. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Operações a termo - NDF	5.579	71.995	13.608
Resultado de Operações liquidadas - termo	(4.233)	46.411	20.532
Resultado de Operações de termo - aberto	9.812	25.584	(6.924)
Operações de Mercado Futuro	9.428	(41.670)	(58.260)
Resultado de Mercado - DI	(186)	(458)	791
Resultado de Mercado de câmbio	(298)	(55.153)	(69.642)
Operações de Day-Trade	9.912	13.941	10.591
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	15.007	30.325	(44.652)

O resultado com instrumentos financeiros derivativos é avaliado à preços de mercado, com base nos ajustes diários obtido pela estrutura a Termo, opções e futuro ptax - Banco Central do Brasil e Cotações em bolsas.

7. Operações de crédito/Títulos e créditos a receber

a. Composição das operações de crédito e derivados de crédito			
	31/12/2021	31/12/2020	
Operações de Crédito	12.203	16.941	
Empréstimos e Títulos Descontados	5.824	14.836	
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	5.993	1.199	
Financiamentos Imobiliários	386	906	
Títulos e Créditos a Receber	54.990	28.816	
Títulos e Créditos a Receber ^(a)	2.481	11.219	
Aquisição de Recebíveis	52.509	17.597	
Operações de Câmbio^(b)	9.656	1.862	
Rendas a receber - ACE	192	22	
Adiantamento sobre cambiais entregues	9.465	1.840	
Total	76.849	47.619	
Circulante	76.686	45.697	
Não circulante	163	1.922	

(a) Os títulos e créditos a receber eram o originados de transações de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito, sem cobrança de encargos e estão sendo apresentados para efeito desta nota, em conjunto com as operações de crédito. Após a venda da Supplier Administradora de Cartões S.A não foram realizadas novas operações após a data da venda.

(b) Vide nota nº 8 - operações de câmbio em adiantamento sobre cambiais entregues e adiantamento de contrato ao exportador com característica de crédito.

b. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica			
	31/12/2021	31/12/2020	
Pessoa Física			
Crédito pessoal	4.953	11.457	
Pessoa Jurídica			
Comércio	15.847	1.327	
Habitação	225	906	
Indústria	45.350	1.151	
Intermediários Financeiros	8.216	17.804	
Outros serviços	2.258	15.174	
Total	76.849	47.619	

c. Composição da carteira de operações de crédito por vencimento			
	31/12/2021	31/12/2020	
Faixas de vencimento			
Vencidas	156	2.182	
Até 3 meses	55.477	19.145	
3 a 12 meses	21.053	24.370	
1 a 5 anos	163	1.922	
Total	76.849	47.619	

e. Classificação da Carteira de Créditos e de Outros Créditos e de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelos correspondentes níveis de risco

Nível de Risco	% Provisão	Operações de Crédito e Títulos e Créditos a Receber			Provisão requerida	Total
		Mínima	Títulos e Créditos a Receber	Operações de Crédito e Títulos e Créditos a Receber		
A	0,5%	76.117	-	-	76.117	(381)
B	1%	58	-	-	58	(1)
C	3%	449	-	-	449	(13)
D	10%	32	-	-	32	(3)
E	30%	20	19	39	121	(12)
F	50%	7	16	23	121	(12)
G	70%	3	8	11	(8)	
H	100%	-	120	120	(120)	
Total		76.686	163	76.849	(550)	

Nível de Risco	% Provisão	Operações de Crédito e Títulos e Créditos a Receber			Provisão requerida	Total
		Mínima	Títulos e Créditos a Receber	Operações de Crédito e Títulos e Créditos a Receber		
AA	0%	3.022	-	-	3.022	-
A	0,5%	41.142	-	-	41.142	(206)
B	1%	626	-	-	626	(6)
C	3%	906	-	-	906	(27)
E	30%	-	1	-	1	-
F	50%	-	102	102	(54)	
H	100%	-	1.819	1.820	(1.820)	
Total		45.697	1.922	47.619	(2.113)	

(a) Curso anual são contratos com atraso superior a 15 dias.

f. Resultado das operações de crédito

	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito	1.452	2.197	3.646
Rendas de empréstimos	402	718	2.563
Rendas de financiamentos - Moedas estrangeiras	986	1.237	645
Rendas de financiamentos - Habitacional	64	242	438
Outras receitas e despesas operacionais	(6)	417	9.278
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ^(a)	61	92	45
Antecipação de recebíveis ^(b)	2.307	11.355	21.803
Resultado de cessão de operações de crédito ^(c)	(2.374)	(11.030)	(12.570)
Resultado com operações de crédito	1.446	2.614	12.924

(a) Montante recuperado em R\$ 92 (31/12/2020 - R\$ 45). Em 31 de dezembro de 2021, tivemos contratos com renegociação no valor de R\$ 3.854 (31/12/2020 - R\$ 0).

(b) Durante os períodos foram efetuados antecipações de recebíveis para os estabelecimentos comerciais com característica de operação de crédito.

(c) O Banco efetuou cessões de operações de crédito sem coobrigação, na modalidade representada por títulos de crédito, gerando um prejuízo no montante de R\$ 11.030 (31/12/2020 - R\$ 12.570).

g. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito					
	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020		
Saldo anterior	(3.230)	(2.113)	(3.406)		
Constituição de Provisão	(528)	(2.551)	(802)		
Reversão de provisão	187	2.272	1.763		
Baixado para prejuízo	172	1.842	332		
Total	(3.399)	(950)	(2.113)		

c. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários					
	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020		
Resultado das aplicações interfinanceiras	3.633	5.588	3.870		
Resultado dos títulos de renda fixa	2.733	5.278	122		
Resultado dos fundos de investimentos imobiliários	89	127	557		
Resultado com marcação a mercado	481	(403)	(264)		
Total	6.936	10.590	4.285		

d. Posição das Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo, registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão, na bolsa de Chicago Mercantile Exchange (CME) e Commodities Exchange (COMEX) envolvendo taxas de variação cambial ou índice de preço. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores de referências registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais. Os contratos de Non-Deliverable Forward (NDF) representam os contratos a termo sem entrega física. Os contratos a termo de NDF são negociados diretamente com outro banco, ou seja, no mercado de balcão. Sua mobilidade de contrato refere ao Banco a determinação de valores, vencimento e flexibilidade aos recursos de caixa. Para determinação dos preços de contratos utilizamos bases de cotações divulgadas em mercados de bolsas mais a taxa do câmbio à vista. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos a termo e opções são registrados como receita ou despesas efetivas quando auferidos e representam seu valor de mercado. O resultado com instrumentos financeiros derivativos é avaliado à preços de mercado, com base nos ajustes diários obtido pela estrutura a Termo, opções e futuro ptax - Banco Central do Brasil e Cotações em bolsas.

h. Garantias					
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020		
Provisão de Impostos e Contribuições a Compensar ^(a)	2.546	13.241	20.366		
Total	2.546	13.241	20.366		

Em 31/12/2021 a carteira do Banco possuía garantias de cerca de 89,57% (31/12/2020 - 51,45%) pelos seguintes instrumentos: seguros de crédito, garantias fedisórias, alienação fiduciária e cessão de direitos creditórios de aplicações financeiras de renda fixa e variável. As operações com cartão de crédito são derivadas exclusivamente de compras com notas fiscais, feitas em estabelecimentos credenciados.

8. Operações de Câmbio			
	31/12/2021	31/12/2020	
Outros créditos para Ativo			
Dívidas compradas a liquidar	290.676	57.127	
Operações sobre vendas de câmbio	164.702	218.661	
Exportação - letras entregues	9.465	1.840	
(-) Adiantamento de Moeda Nacional	(15.677)	(41.967)	
Rendas a receber - ACE	192	22	
Total	449.358	235.683	

Câmbio vendido a liquidar

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações por compra de câmbio	299.076	58.724
Adiantamento sobre cambiais entregues	(9.465)	(1.840)
Total	451.056	271.386

a. Resultado de operações de câmbio			
	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas com disponibilidade no país	28.048	34.985	85.210
Rendas de ouro	8.826	11.620	82.175
Rendas com bancos no exterior	91.443	139.559	66.359
Ordem de pagamento a cumprir	4.657	33.027	52.973
Resultado do câmbio comprado/vendido	(7.398)	(79)	3.349
Outras rendas ^(a)	4.864	5.737	3.565
Total	130.440	224.849	295.431

(a) A conta outros rendas é composta pelas operações de exportação de ouro em R\$ 841 (31/12/2021 - R\$ 347), operações interbancárias em R\$ 442 (31/12/2020 - R\$ 650), aplicação no exterior R\$ 14 (31/12/2020 - R\$ 147), trade finance em R\$ 4.319 (31/12/2020 - R\$ 4.000) e diversos R\$ 121 (31/12/2020 - R\$ 221).

9. Outros Instrumentos Financeiros (Ativo)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Negociação e intermediação de valores ^(a)	3.594	2.347	
Devedores diversos ^(b)	14.127	6.802	
Alienação de Bens Não de Uso Próprio ^(c)	225	225	
Rendas a receber	1.176	2.735	
Devedores para depósito em garantia	46	11	
(-) Prov. p/ perdas esperadas sobre outros Instrumentos Financeiros ^(d)	(2.824)	(2.849)	
Total	16.344	9.271	

(a) O saldo em negociação e intermediação de valores está apresentado pela abertura das operações em recebimentos e cobranças R\$ 3.594 (31/12/2020 - R\$ 2.347).

(b) O saldo em devedores no país está apresentado em operações de trade finance R\$ 9.570 (31/12/2020 - R\$ 1.840), devedores diversos no exterior - zero (31/12/2020 - R\$ 4.961).

(c) Conforme Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda com parte do pagamento em Dação de 11/01/19 foi vendido à AMR Empreendimentos Imobiliários Ltda., os prédios e respectivo terreno situados à Rua Maria Paula, 184 e 186 e Travessa Noschese, no 17º Subdistrito - Bela Vista no valor total de R\$ 12.450 nos quais 50% são de nossa propriedade R\$ 6.225, com recebimento da primeira parcela em 22/08/19 de R\$ 1.800, atualizando o saldo para R\$ 4.225. Em 31/12/2020 contemplamos o saldo em aberto de R\$ 225 em dação em pagamentos de natureza residencial e realizamos o recebimento em pagamento a venda do imóvel e valor de R\$ 4.000.

</

continuação



Banco Ourinvest S.A. - CNPJ: 78.632.767/0001-20 - www.ourinvest.com.br

Edifício Ourinvest | Av. Paulista, nº 1.728 - Bela Vista - CEP: 01310-919 - São Paulo - SP - Brasil

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Diretores do Banco Ourinvest S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ourinvest S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ourinvest S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos emitidos previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais regulamentadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou

não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas

e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022



Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria ("COA") do Banco Ourinvest S.A. ("Banco"), constituído pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 20.03.2007, conforme Resolução CMN nº 3.198/2004, é um órgão estatutário que se reporta diretamente à Diretoria Colegiada do Banco, composto por 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral, previamente aprovados pelo Banco Central do Brasil, com prazo de mandato indeterminado, sendo o Presidente do COA membro qualificado, o qual possui comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria. De acordo com o estabelecido em seu regimento interno, o COA é um órgão permanente que assessorava a Diretoria no cumprimento de suas responsabilidades, e tem como objetivo a avaliação e o acompanhamento de forma independente, da completa correção das Demonstrações Financeiras, do cumprimento da legislação, da regulação dos códigos internos, da qualidade dos controles internos e da Auditoria Interna e Auditoria Independente do Banco. O COA reuniu-se com a Auditoria Interna e os Auditores Independentes, com o intuito de dar cumprimento às suas atribuições. Com base nas reuniões realizadas, o COA apresentou a Di-

retoria Colegiada o resultado dos trabalhos e suas correspondentes recomendações.

Atividades desenvolvidas pelo COA:

- Acompanhou o planejamento anual, o cronograma de trabalhos e os relatórios produzidos pela Auditoria Interna, revisou os apontamentos, as conclusões dos trabalhos, avaliando o grau de risco, cujos resultados apresentados ao COA, não apontaram a existência de riscos que possam afetar a solidez e a continuidade dos negócios do Banco Ourinvest, durante o semestre findo 31.12.2021.
- Avaliou os trabalhos das áreas de Riscos e Controles Internos e não detectou falhas que pudessem distorcer as demonstrações financeiras do Banco Ourinvest, desta forma concluiu que o sistema de gerenciamento de Riscos e Controles Internos estão adequados ao porte, complexidade dos negócios e perfil do Banco Ourinvest.
- A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pelo exame das Demonstrações Financeiras do Banco Ourinvest. Foram feitas reuniões com os Auditores Independentes

abordando o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, sua opinião sobre as demonstrações financeiras e eventuais descumprimentos de normas. O COA avaliou que as demonstrações financeiras estão de acordo com as disposições legais e estatutárias.

d) Ressaltamos que na data-base 31.12.2021 o Banco administrava o Fundo de Investimento Imobiliário Ourinvest Logística ("FI Ourinvest Logística"), o Fundo de Investimento Imobiliário Península ("FI Península"), Fundo de Investimento Imobiliário Renda Estruturada ("FI QURE"), o Fundo de Investimento Imobiliário Ourinvest RE I ("FI RE I"), o Fundo de Investimento Imobiliário Ourinvest Fundo de Fundos ("FI Ourinvest Fundo de Fundos"), em acordo com a IN CVM nº 516/2011 o exame das demonstrações financeiras e divulgação das informações são executados ao final de cada exercício contábil.

e) O COA acompanha diariamente os questionamentos, reclamações ou sugestões recebidas pelo Canal de Denúncias, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.859/2020, por carta o modelo RDR - Sistema de Registro de Demandas do Cidadão Circular BACEN nº 729/2014.

O COA não se deparou com qualquer fato ou evidência que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independente, sendo elas compatíveis com o porte do Banco Ourinvest. O COA avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pelos auditores, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

Este Comitê de Auditoria, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas durante o presente exercício e ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda, com base nas revisões e discussões acima referidas, a aprovação das Demonstrações Financeiras auditadas do Banco Ourinvest, relativas ao exercício findo em 31.12.2021.

São Paulo, 29 de março de 2022.

Comitê de Auditoria (COA)

WWW.OURINVEST.COM.BR

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 31/03/2022 17:14
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/31/OURINVEST1561381231032022.pdf>
Hash:16486712427e5186c276d5442b8a73999bb6f937df